Em apoio do seu recurso, a recorrente invoca quatro fundamentos dos quais o primeiro é relativo à violação da legalidade externa, isto é, à violação do Regulamento n.º 659/1999 na medida em que a Comissão tomara uma decisão de remeter para exame posterior certas medidas e à violação do artigo 88.º, n.º 2, CE na medida em que recusara iniciar o procedimento formal de investigação.

Pelo seu segundo fundamento, a recorrente alega que, ao declarar as medidas ligadas à criação e ao funcionamento do Banco Postal não constituíam auxílios de Estado, a Comissão cometera vários erros de apreciação, respeitantes, a entre outras coisas, às vantagens económicas indicadas na sua denúncia e que, por conseguinte, ignorara o disposto nos artigos 87.º e 88.º CE.

Pelo seu terceiro fundamento, a recorrente censura a Comissão por a decisão contestada estar afectada por vícios de forma em razão da falta de fundamentação relativa à recusa de tratar motivos de crítica essenciais invocados pela recorrente na sua denúncia bem como em razão de contradições de fundamentos e de insuficiência de fundamentação respeitante a certos pontos específicos tratados na decisão.

Pelo seu quarto fundamento, a recorrente alega que a Comissão violara os artigos 43.º, 82.º e 86.º CE na medida em que omitira apreciar na sua decisão os atentados à liberdade de estabelecimento e à livre concorrência decorrentes das medidas ligadas ao objecto do auxílio de Estado resultante da caderneta A.

(¹) JO L 83, p. 1

Recurso interposto em 3 de Abril 2006 –SPM/ Comissão

(Processo T-104/06)

(2006/C 131/84)

Língua do processo: francês

Partes

Recorrente: Société des plantations Mbanga (S. P. M.) (Douala, Camarões) (representante: B.-L.Doré, advogado)

Recorrida: Comissão das Comunidades Europeias

Pedidos da recorrente

— recebê-la em todos os seus pedidos;

— anular o Regulamento (CE) n.º 219/2006 da Comissão, de 8 de Fevereiro de 2006, relativo à abertura e ao modo de gestão do contingente pautal de importação de bananas do código NC 0803 00 19 originárias dos países ACP para o período de 1 de Março a 31 de Dezembro de 2006;

— condenar Comissão na totalidade dos custos e despesas.

Fundamentos e principais argumentos

No quadro das alterações do regime específico dos contingentes para as trocas comerciais com os países terceiros que fazem parte das medidas de organização dos mercados no sector da banana, o Regulamento n.º 1964/2005, de 29 de Novembro de 2005, do Conselho da União Europeia (¹) conferiu, entre outras, à Comissão a competência de adoptar as medidas necessárias para a execução do referido regulamento, bem como as medidas transitórias relativas à gestão do contingente pautal para as bananas originárias dos países ACP. Nesse âmbito, a Comissão manteve no seu Regulamento (CE) n.º 2015/2005 de 9 de Dezembro de 2005 (²), para os meses de Janeiro e de Fevereiro de 2006, o regime de atribuição dos certificados de importação na base de referências históricas (³). Sendo esse regulamento, por definição, transitório, a Comissão adoptou, em 8 de Fevereiro de 2006, o Regulamento (CE) n.º 219/2006 relativo à abertura e ao modo de gestão do contingente pautal de importação de bananas do código NC 0803 00 19 originárias dos países ACP para o período de 1 de Março a 31 de Dezembro de 2006 (⁴). Nesse regulamento, a Comissão estabeleceu um método de gestão do contingente pautal que prevê a utilização do contingente seguindo a ordem cronológica das datas de aceitação das declarações de introdução em livre prática (método denominado «primeiro a chegar, primeiro a ser servido») e reservou, a título transitório, uma parte do contingente pautal aos operadores que tenham abastecido a Comunidade em bananas ACP no âmbito do regime de importação anteriormente em vigor. Esse regulamento é objecto do pedido de anulação no presente recurso.

No quadro do presente recurso, a recorrente afirma que o regulamento contestado está afectado por várias ilegalidades na medida em que resulta, em sua opinião, das suas disposições que, se 60 % do contingente pautal for gerido segundo o novo método, 40 % sê-lo-á ainda pela atribuição de certificados na base de referências históricas. Em apoio do seu recurso, a recorrente invoca os mesmos fundamentos e argumentos que os apresentados no seu recurso no processo T-447/05 (⁵).

(¹) Regulamento (CE) n.º 1964/2005 de 29 de Novembro de 2005, relativo aos direitos aduaneiros aplicáveis às bananas (JO L 316, p. 1)

(²) Regulamento (CE) n.º 2015/2005 da Comissão, de 9 de Dezembro de 2005, relativo às importações de bananas originárias dos países ACP, no âmbito do contingente pautal aberto pelo Regulamento (CE) n.º 1964/2005 do Conselho relativo aos direitos aduaneiros aplicáveis às bananas, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2006 (JO L 324, p. 5).

(³) A anulação do referido regulamento é solicitada pela recorrente no processo T-447/05

(⁴) JO L 38, p. 22

(⁵) V. comunicação JO 2006 C 74, p. 24